

Contribuinte: 502512326

Moeda: EUROS

ADR - CCS Quinta de S Pedro
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2023	2022
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	437 963,33	329 516,65
Activos intangíveis	6		
Investimentos financeiros	7	7 105,92	7 428,78
Outros	5		
		445 069,25	336 945,43
Activo corrente			
Inventários	10		
Clientes	19.2	1 171,39	20 581,89
Adiantamentos a fornecedores	19.7		2 105,29
Estado e outros entes públicos	19.8	1 365,48	2 865,12
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	19.1	2 072,00	3 931,00
Outras contas a receber	19.3	3 014 148,78	202 350,43
Diferimentos	19.4	2 096,42	2 938,97
Caixa e depósitos bancários	19.6	148 849,69	134 982,34
Outros			
		3 169 703,76	369 755,04
Total do activo		3 614 773,01	706 700,47
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Resultados transitados	19.5	131 833,79	181 329,06
Outras variações nos fundos patrimoniais	19.5	3 291 764,37	269 493,66
		3 423 598,16	450 822,72
Resultado líquido do período		-18 762,13	7 279,83
Total do fundo de capital		3 404 836,03	458 102,55
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	9	95 237,84	1 313,36
Outras contas a pagar			
		95 237,84	1 313,36
Passivo corrente			
Fornecedores	19.7	6 763,87	17 018,32
Adiantamentos de Clientes	19.2		
Estado e outros entes públicos	19.8	14 411,21	16 014,55
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos	9	27 029,96	135 013,67
Diferimentos	19.4		30 449,74
Outras contas a pagar	19.9	66 494,10	48 788,28
Outros passivos financeiros			
		114 699,14	247 284,56
Total do passivo		209 936,98	248 597,92
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3 614 773,01	706 700,47

ADR - CCS Quinta de S Pedro

Contribuinte 502512326

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

Moeda EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	11	362 085,31	393 409,92
Subsídios, doações e legados à exploração	13	447 474,76	499 770,55
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-50 454,42	-60 649,11
Fornecimentos e serviços externos	19.10	-201 947,25	-194 184,06
Gastos com o pessoal	17	-546 901,88	-595 828,48
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)	12		
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor		497,95	
Outros rendimentos e ganhos	19.11	16 837,33	10 545,83
Outros gastos e perdas	19.12	-23 810,50	-25 374,96
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos		3 781,30	27 689,69
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 / 6	-16 970,10	-18 274,28
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-13 188,80	9 415,41
Juros e rendimentos similares obtidos	19.13	25,35	30,42
Juros e gastos similares suportados	19.13	-5 598,68	-2 166,00
Resultados antes de impostos		-18 762,13	7 279,83
Imposto sobre o rendimento do período	15		
Resultado líquido do período		-18 762,13	7 279,83



**Associação Desportiva e Recreativa
Centro Cultura e Social da Quinta de S. Pedro**

**Anexo conforme alínea f) do art.º 2 da
Portaria 220/2015, de 24 de julho**

Índice

1	Identificação da Entidade	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Principais Políticas Contabilísticas	5
3.1	Bases para Apresentação das Demonstrações Financeiras	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	10
5	Ativos Fixos Tangíveis	10
6	Ativos Intangíveis.....	12
7	Investimentos Financeiros.....	12
8	Loações	12
9	Financiamentos Obtidos.....	13
10	Inventários.....	13
11	Réditos.....	13
12	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	14
13	Subsídios, doações e legados à exploração	14
14	Efeitos de Alterações em Taxas de Cambio	14
15	Imposto Sobre o Rendimento.....	14
16	Instrumentos Financeiros	14
17	Benefícios dos Empregados.....	15
18	Divulgações Exigidas Por Outros Diplomas Legais.....	16
19	Outras Informações	16
19.1	Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros	16
19.2	Clientes e Utentes.....	16
19.3	Outros Devedores.....	17
19.4	Diferimentos	17



NIF:502512 326

19.5	Fundos Patrimoniais	17
19.6	Caixa e Depósitos Bancários	17
19.7	Fornecedores	18
19.8	Estado e Outros Entes Públicos	18
19.9	Outras Contas a Pagar	18
19.10	Fornecimentos e Serviços Externos	19
19.11	Outros Rendimentos	19
19.12	Outros Gastos	19
19.13	Resultados Financeiros	20
19.14	Acontecimentos após data de Balanço	20



NIF:502512 326

1 Identificação da Entidade

A Associação Desportiva e Recreativa – Centro Cultural e Social Quinta de S. Pedro, sita na Mexilhoeira da Carregação, foi fundada a 3 de novembro de 1989, cuja constituição foi publicada no Diário da República n.º 69, de 23 de Março de 1990 – III Série, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), de acordo com a publicação em Diário de República nº 116, de 20 de Maio de 2003 – III Série.

A ADR-CCS Quinta de S. Pedro rege-se por um conjunto de valores e políticas que refletem a missão e a visão da instituição. No âmbito da sua atividade, tem como objetivo prioritário ações de apoio às famílias, infância, juventude, população com deficiência e pessoas idosas, bem como a todos aqueles que se encontrem em situação de maior carência económica ou social, visando, numa perspetiva de desenvolvimento social, promover a integração social e comunitária e o combate a situações de exclusão social e marginalização.

Na prossecução dos seus fins estatutários, a ADR-CCS Quinta de S. Pedro é proprietária da Escolinha D'ADR, que constitui uma resposta para crianças a partir dos 3 meses de idade, regida por critérios de elevada qualidade e de respeito pelo cliente.

Ao longo da sua existência, a ADR-CCS Quinta de S. Pedro pautou ainda a sua intervenção pelo trabalho com a comunidade, evidenciando um conhecimento muito abrangente acerca da mesma e assumindo-se como uma referência no concelho de Lagoa, no que diz respeito à implementação de projetos sociais e de capacitação das pessoas.

Num cenário de crescente competitividade e evolução, a Instituição tem assistido a uma maior procura, mas também a uma alteração do perfil de cliente, com diferentes necessidades, expectativas e níveis de exigência. A Instituição procura assim acompanhar a mudança, introduzindo práticas de gestão eficientes e sustentáveis, promovendo o alinhamento e coesão de toda a equipa e Administração e mantendo um forte compromisso com a sua missão e com a qualidade dos serviços, encontrando-se na fase final da implementação do Sistema de Gestão da Qualidade, com vista à certificação ISO:9001.

A obtenção desta certificação representa o reconhecimento do trabalho desenvolvido, bem como o reforço do conceito de marca ADR, que os stakeholders compreendam e experienciem e que essa experiência lhes traga total satisfação e realização.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Instituições do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e alterado pelo Decreto Lei n.º 98/2015, de 2 de julho.

O Sistema de Normalização para Instituições do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI) – Aviso n.º 8258/2015, de 29 de julho.

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que a data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

3 Principais Políticas Contabilísticas

Na preparação das Demonstrações Financeiras, as principais políticas contabilísticas utilizadas foram:

3.1 Bases para Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em conformidade com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

Continuidade

A continuidade é um pressuposto que a Instituição tem em conta, uma vez que se espera que no futuro continue a atuar, assumindo que não há qualquer pretensão de se liquidar e/ou diminuir a sua capacidade de operação.

Não havendo objetivos de âmbito financeiro, a continuidade da Instituição, passa por manter a sua atividade, a capacidade de atingir as suas metas, criando alternativas sustentáveis, gerindo as suas atividades, tendo em conta a atual conjuntura socioeconómica.

Regime do Acréscimo

As transações e outros acontecimentos são reconhecidos quando ocorrem e quando satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos existentes na Estrutura Conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento, estando relatados e registados nas respetivas peças contabilísticas.

Consistência de Apresentação

É presente a consistência de apresentação das Demonstrações Financeiras e dos lançamentos contabilísticos de um período para o outro. Alterações às Demonstrações Financeiras, só poderiam ocorrer se essa proporcionasse uma informação fiável e mais relevante para os interessados e que permitisse uma comparabilidade idónea. Essas mesmas alterações deverão constar devidamente identificadas e fundamentadas neste Anexo.

Materialidade e Agregação

A importância da informação contabilística depende da sua natureza e materialidade. A materialidade diz respeito à dimensão e à natureza da omissão ou erro. A dimensão ou a natureza da informação são determinantes, no sentido em que poderão influenciar as decisões económicas.

Rubricas que não sejam materialmente relevantes que justifiquem uma apresentação separada nas Demonstrações Financeiras e que podem constituir, no entanto, matéria relevante e que serão devidamente apresentadas nas notas deste Anexo.

Compensação

Os ativos e passivos, tal como os rendimentos e gastos são apresentados separadamente, pelo que não devem ser compensados. A compensação quer nas Demonstrações Financeiras quer no Balanço pode criar constrangimentos nas interpretações e avaliações dos clientes.

Informação Comparativa

A informação comparativa deverá ser apresentada (com respeito ao período anterior) sempre que for relevante para a compreensão das Demonstrações Financeiras do período corrente, tendo em conta o Princípio da Continuidade, ou seja constantes no tempo e no modo de operar.

Quando há uma retificação das quantias comparativas, a sua reclassificação deve ser divulgada, atendendo:

A natureza da reclassificação;

A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;

Razão para a reclassificação.

Se por outro lado for impossível a sua reclassificação, a Instituição deve divulgar:

A razão para não as reclassificar;

A natureza dos ajustamentos que teriam sido feitos se as quantias tivessem sido reclassificadas.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis estão registados ao custo de aquisição, deduzido o valor das suas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, bem como incluídos outros custos associados à implementação e ativação dos mesmos, que incorram ou venham a incorrer.

Por outro lado, os ativos atribuídos a título gratuito estão mensurados pelo seu justo valor e que, consequentemente, figuram na contabilidade e pelo qual estes bens se encontram segurados.

Salvo se as despesas decorrentes da manutenção e reparação de ativos trouxerem benefícios económicos futuros, estes são classificados como gastos do período.

O método de depreciação utilizado é o das quotas constantes, tendo em conta o período de vida útil de cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada para as IPSSs em POCIPSS, para os equipamentos adquiridos até 2011, e pelo Decreto Regulamentar n.º 25/2009 de 14 de Setembro, a partir de 2012.

Assim, as taxas aplicadas passaram a ser as das seguintes tabelas:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	Sem depreciação
Edifícios e outras construções	De 6 a 50 anos
Equipamento básico	De 1 a 10 anos
Equipamento de transporte	8 anos

Equipamento administrativo	De 1 a 5 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	De 1 a 10 anos

As eventuais mais ou menos valias resultantes da alienação de bens são calculadas tendo por base a diferença entre o valor da realização e a quantia escriturada aquando da venda e posteriormente registadas nas rubricas – Outros Rendimentos Operacionais- ou – Outros Gastos Operacionais.

Ativos Intangíveis

A Instituição não tem ativos intangíveis. De qualquer modo, o procedimento é que estes sejam registados ao custo de aquisição e retiradas a amortizações e perdas de imparidade acumuladas. Apenas são reconhecidos quando daí advenham benefícios económicos futuros para a Instituição e que sejam mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas pelo mesmo modo dos ativos fixos tangíveis.

Inventários

O registo inicial agrega custos de aquisição e de conversão e outras despesas necessárias para colocar os inventários aptos a serem comercializados / utilizados.

Quando o valor do custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

O custo médio ponderado é o método de custeio utilizado em que cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes.

Os inventários que se destinam ao desenvolvimento de atividade e serviços presentes e futuros (desde que não associados a gerar fluxos de caixa) estão mensurados pelo custo corrente ou pelo custo histórico, o mais baixo entre eles.

Instrumentos Financeiros

Os diferentes ativos e passivos financeiros apenas são registados aquando da celebração contratual da mesma. Este procedimento aplica-se a todos os instrumentos financeiros exceto:

Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;

⇒ Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;

Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:

- **Alterações no risco segurado;**
- **Alterações na taxa de câmbio;**
- **Entrada em incumprimento de uma das partes;**
- **Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado;**
- **Alterações no preço do bem locado;**



NIF:502512 326

- **Alterações na taxa de câmbio;**
- **Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.**

Sócios Fundadores, Associados, Patrocinadores, Doadores e outros Benfeitores

As quotas e donativos, bem como outros apoios provenientes associados e benfeitores são registados durante o exercício pela quantia realizável.

Clientes e Outras Contas a Receber

De modo que o valor realizável líquido esteja retratado nas contas de clientes e outras a contas receber o seu registo é efetuado deduzidas as perdas por imparidade, quando reconhecidas.

O registo das perdas por imparidade é efetuado quando há informação certa de que o valor em saldo não será recuperado, ainda que total ou parcialmente.

As perdas por imparidade dizem respeito à diferença entre os valores a receber e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, deduzidos da taxa de juro efetiva inicial, que é nula quando a perspetiva de recebimento é inferior a um ano.

Caixa e Depósitos Bancários

Neste item estão constantes os saldos de caixa e os depósitos bancários a curto prazo e que podem ser prontamente desmobilizados sem alterações significativas no seu valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

Nesta rubrica os valores que estão inscritos são registados pelo valor nominal.

Fundos Patrimoniais

Os fundos patrimoniais são estruturas criadas para dar sustentabilidade financeira a uma instituição sem fins lucrativos e são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

Provisões

As provisões são reconhecidas quando há um provável exfluxo, que seja estimado e originado por um evento passado.

O valor reconhecido para a constituição da provisão é a melhor estimativa possível aquando do seu reconhecimento, levando sempre em consideração as incertezas e riscos inerentes.

Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

O registo desta rubrica é de acordo com o valor nominal líquido dos custos associados à contração do empréstimo. Esses mesmos custos encontram-se registados em Juros de Financiamentos Obtidos e em Outros Gastos e Perdas de Financiamento.

Locações

As locações são classificadas:

- Locações financeiras – quando são transferidos todos os riscos e vantagens inerentes à posse e contratação do ativo.
- Locações operacionais - quando não se verificarem os requisitos das locações financeiras.

Os eventuais contratos de locações financeiras serão registados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações semelhantes à descrição supra referidas no Ativos Fixos Tangíveis.

Os juros são reconhecidos como gastos decorrentes no respetivo período, tendo em conta o Regime do Acréscimo. Os custos iniciais estão constantes no valor do ativo.

Se não houver a certeza da aquisição do bem, este é depreciado no decorrer do prazo do contrato ou da sua vida útil, entre os dois, o mais curto.

No caso de uma locação operacional, os gastos são reconhecidos na conta Fornecimentos e Serviços Externos.

Estado e Outros Entes Públicos

De acordo com o n.º 1 do artigo.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

O n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeita a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação,

notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Desta forma, os rendimentos obtidos de acordo com o nº 3 do art.º 10 estão sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do nº 5 do art.º 87. Acresce ainda à coleta de IRC a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas constantes no art.º 88 do CIRC.

No que diz respeito às declarações fiscais, estas poderão ser alvo de retificações e revisões por um período de quatro anos. No caso da Segurança Social, é de dez anos, e cinco anos a partir de 2011, salvo se estiverem a ser alvo de inspeções, reclamações ou impugnações, em que os prazos poderão ser alargados ou suspensos.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As alterações de políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros não tiveram efeitos significativos no resultado do exercício. Foram, entretanto, efetuadas algumas correções relativas a exercícios anteriores, nas quais, ao nível dos gastos, destacam-se:

- Correções pelas quotas, no valor de € 1.365,00.

Ao nível dos proveitos, destacam-se os seguintes movimentos de correção:

- Consideração de Nota de crédito em falta, no valor de € 1.063,22;
- Correção do Acordo de Cooperação com a Segurança Social, no valor de €6.182,55.

Ao nível dos resultados transitados, destacam-se os seguintes movimentos de correção:

- Insuficiência da estimativa para férias e para subsídio de férias, a pagar em 2023, no valor de €36.775,10;
- Regularização de €20.000, referente ao Município de Lagoa.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade não possui “Ativos Fixos Tangíveis” do domínio público.

Bens do património histórico, artístico e cultural

A Entidade não possui “Ativos Fixos Tangíveis” do “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Outros Ativos Fixos Tangíveis

Os quadros infra contem as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, tendo em conta quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos.

Descrição	2023					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Terrenos e recursos naturais	2 420,67					2 420,67
Edifícios e outras construções	450 072,49					450 072,49
Equipamento básico	94 539,64					94 539,64
Equipamento de transporte	55 489,62					55 489,62
Equipamento administrativo	14 967,05					14 967,05
Outros Ativos fixos tangíveis	2 483,19					2 483,19
Ativos fixos tangíveis em curso	36 367,02	125 416,78				161 783,80
Total	672 621,93	125 416,78				781 756,46
Depreciações	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final		
Edifícios e outras construções	170 619,13	9 449,93		180 069,06		
Equipamento básico	92 821,24	842,26		93 663,50		
Equipamento de transporte	49 777,07	5 712,55		55 489,62		
Equipamento administrativo	12 545,27	807,26		13 352,53		
Outros Ativos fixos tangíveis	1 060,32	158,10		1 218,42		
Total	326 823,03	16 970,10		343 793,13		

Descrição	2022					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Terrenos e recursos naturais	2 420,67					2 420,67
Edifícios e outras construções	450 072,49					450 072,49
Equipamento básico	110 490,99	1 074,38	17 025,73			94 539,64
Equipamento de transporte	55 489,62					55 489,62
Equipamento administrativo	53 245,94		38 278,89			14 967,05
Outros Ativos fixos tangíveis	902,22	1 580,97				2 483,19
Ativos fixos tangíveis em curso		36 367,02				36 367,02
Total	672 621,93	39 022,37	55 304,62			656 339,68
Depreciações	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final		
Edifícios e outras construções	161 169,20	9 449,93		170 619,13		
Equipamento básico	107 698,68	2 148,29	17 025,73	92 821,24		
Equipamento de transporte	44 066,37	5 710,70		49 777,07		
Equipamento administrativo	50 016,90	807,26	38 278,89	12 545,27		
Outros Ativos fixos tangíveis	902,22	158,10		1 060,32		
Total	363 853,37	18 274,28	55 304,62	326 823,03		

6 Ativos Intangíveis

2023						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições	Abates	Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo Final
Programas de Computador	1 429,80					1 429,80
Total	1 429,80	0,00	0,00	0,00	0,00	1 429,80
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final		
Amortizações					Amortizações	
Programas de Computador	1 429,80			1 429,80		
Total	1 429,80	00,00	0,00	1 429,80		

2022						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições	Abates	Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo Final
Programas de Computador	1 429,80					1 429,80
Total	1 429,80	0,00	0,00	0,00	0,00	1 429,80
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final		
Amortizações					Amortizações	
Programas de Computador	1 429,80			1 429,80		
Total	1 429,80	00,00	0,00	1 429,80		

7 Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros são representados pelo seguinte quadro:

Rubricas	2023	2022
Saldo Inicial	7 428,78	7 280,56
Aumentos	760,80	2 202,37
Alienações	1 083,66	2 054,15
Saldo Final	7 105,92	7 428,78

8 Locações

A Instituição não dispõe de Locações.

9 Financiamentos Obtidos

Os financiamentos estão reconhecidos conforme quadro:

Descrição	2023			2022		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	27 029,96	95 237,84	122.267,80	135.013,67	1 313,36	136.327,03
Outros Financiadores						
Total	27 029,96	95 237,84	122.267,80	135.013,67	1 313,36	136.327,03

10 Inventários

Em 31 de dezembro a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2023				2022			
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias		4 525,58	4 105,23					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		50 034,07				60 649,11		
Total		54 559,65	4 105,23			60 649,11		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				50 454,42				60 649,11

11 Réditos

Relativamente aos réditos obtidos os resultados foram os seguintes:

Descrição	2023	2022
Vendas	4 490,68	5 197,41
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	344 061,87	364 193,80
Quotas e jóias	648,00	601,00
Promoção para captação recursos	8 066,60	13 881,61
Serviços Secundários	4 818,16	9 536,10
Total	362 085,31	393 409,92

12 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Provisões

Nos exercícios económicos não existem provisões a relatar.

Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Não existem passivos ou ativos contingentes a relatar.

13 Subsídios, doações e legados à exploração

A rubrica de Subsídios à Exploração apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Centro Regional da Segurança Social	282 453,58	374 057,44
Centro de Emprego e Formação Profissional	58 646,31	19 677,84
Município de Lagoa	98 288,72	101 257,14
Freguesia de Lagos	1 400,00	
Ministério da Cultura		
IAPMEI		1 176,00
IPDJ	5 330,00	3 000,00
FCMP – Federação Campismo e Montanhismo Portugal	300,00	
Doações, Heranças e Consignação IRS e IVA	1 056,15	602,13
Total	447 474,76	499 770,55

14 Efeitos de Alterações em Taxas de Cambio

As alterações das taxas de câmbio, em nada afetaram os exercícios.

15 Imposto Sobre o Rendimento

A Instituição em 2022 e 2023 apresentou valor nulo de IRC.

16 Instrumentos Financeiros

Nos exercícios económicos a Instituição não usufruiu de Instrumentos Financeiros.



NIF:502512 326

17 Benefícios dos Empregados

O número de dirigentes da Instituição é de onze elementos.

A Administração é composta por cinco elementos e dois suplentes:

Presidente - Álvaro António Santos de Matos

Vice-Presidente – Teresa Alexandra Milhazes de Matos

Tesoureiro – Lara Sofia de Jesus Freire Lima Mourinho

Secretário – Carlos Manuel Varela Gordinho

Vogal – Nuno Miguel Rosa do Sacramento

1.º Suplente: Valter Joaquim Martins Guerreiro

O Órgão de Fiscalização é composto por três elementos e um suplente:

Presidente – Carlos Pedro Romão Lourenço

Secretário – Rui Miguel da Silva Jesus

Relator – Maria Luísa Pascoal Louzeiro

Suplente – Ricardo Jorge Rosa do Sacramento

A Assembleia-Geral é composta por três elementos e de também um suplente:

Presidente – Vítor Manuel Louzeiro Lourenço

Vice-Presidente – Maria Assunção Marques Milhazes de Matos

Secretário – Vítor Manuel Calado Lourenço

Suplente – Paulo Jorge dos Santos Dias

No período de 2022 e 2023, a Instituição teve ao serviço 41 e 40 trabalhadores, respetivamente.

Os gastos com Pessoal foram os seguintes:

Descrição	2023	2022
Remunerações aos Órgãos Sociais	8 576,63	9 418,90
Remunerações ao Pessoal	438 319,38	432 991,69
Indemnizações	500,00	45 823,86
Encargos sobre as Remunerações	89 691,29	88 660,33
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	6 130,31	4 867,91
Outros Gastos com o Pessoal	3 684,27	5 704,54
Total	546 901,88	587 467,23

18 Divulgações Exigidas Por Outros Diplomas Legais

De acordo com o Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro a Instituição não tem qualquer dívida ao Estado Português.

Mais se informa de que a Instituição também mantém a situação regularizada perante a Segurança Social.

19 Outras Informações

Para um melhor entendimento sobre restante informação constante nas Demonstrações Financeiras, serão ainda divulgadas as seguintes informações:

19.1 Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros

A 31 de dezembro de cada ano, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Ativo		
Quotas	2 072,00	3 931,00
Total	2 072,00	3 931,00
Passivo		
Total	0.00	0.00

19.2 Clientes e Utentes

As rubricas de Clientes e Utentes têm a seguinte apresentação:

Descrição	2023	2022
Clientes e Utentes c/c		
Clientes		
Utentes	1 171,39	20 581,89
Clientes e Utentes Adiantamentos		
Clientes		
Utentes		

19.3 Outros Devedores

No final dos períodos a conta Outros Devedores estava desagregada da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Instituto de Segurança Social	2 689 576,99	78.734,58
IEFP	15 000,00	
Município de Lagoa	308 906,51	122.950,57
Outros Devedores	665,28	665,28
Total	3 014 148,78	202.350,43

19.4 Diferimentos

No final dos exercícios, a rubrica Diferimentos tinha a seguinte descrição:

Descrição	2023	2022
Gastos a Reconhecer		
Seguros	2 096,42	2 938,97
Outros		
Total	2 096,42	2 938,97
Rendimentos a Reconhecer		
Acréscimos de utentes		19 869,84
Acordos de cooperação		10 579,90
Total		30 449,74

19.5 Fundos Patrimoniais

Nos Fundos Patrimoniais ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Resultados transitados	181 329,06	7 279,83	56 775,10	131 833,79
Outras variações nos fundos patrimoniais	269 493,66	2 670 840,00	3 569,29	3 291 764,37
Total	450 822,72	2 678 119,83	60 344,39	3 423 598,16

A rubrica resultados transitados reflete o aumento de €56.775,10, por correção de exercício anterior, conforme descrito na nota 4.

19.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de cada ano, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Caixa	5 903,21	231,57
Depósitos à ordem	102 946,48	84 750,77
Depósitos a prazo	40 000,00	50 000,00
Total	148 849,69	134 982,34

19.7 Fornecedores

A rubrica de Fornecedores está dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Ativo		
Fornecedores adiantamentos	1 365,48	2 105,29
Total	1 365,48	2 105,29
Passivo		
Fornecedores c/c	6 763,87	17 018,32
Total	6 763,87	17 018,32

19.8 Estado e Outros Entes Públicos

No final dos exercícios económicos, a conta de Estados e Outros Entes Públicos tem a seguinte apresentação:

Descrição	2023	2022
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1 365,48	2 865,12
Total	1 365,48	2 865,12
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1 147,86	3 051,57
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1 516,00	2 036,03
TSU	11 747,35	10 765,17
FCT e FGCT		161,78
Total	14 411,21	16 014,55

19.9 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras Contas a Pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2023		2022	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal		1 313,16		
Remunerações a pagar		1 313,16		
Outras operações				
Perdas por imparidade acumuladas				
Fornecedores de Investimentos		4 897,62		
Credores por acréscimo de gastos		60 283,32		41 552,47
Outros credores				7 235,81
Total		66 494,10		48 788,28

19.10 Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Subcontratos		
Serviços especializados	90 994,19	79 522,28
Materiais	65 464,03	55 921,89
Energia e fluidos	20 893,17	19 273,88
Deslocações, estadas e transportes	8 380,33	10 188,98
Serviços diversos	16 215,53	29 277,03
Total	201 947,25	194 184,06

19.11 Outros Rendimentos

Após término dos exercícios, a conta Outros Rendimentos tinha a seguinte estrutura:

Descrição	2023	2022
Rendimentos e ganhos em Investimentos financeiros	32,11	
Descontos de pronto pagamento obtidos		
Correções de exercícios anteriores*	7 471,49	4 507,29
Subsídios de Investimento	3 569,29	3 569,29
Outros rendimentos e ganhos	5 764,44	2 469,25
Total	16 837,33	10 545,83

* apresentado no ponto 4.

19.12 Outros Gastos

Nos exercícios, as contas de Outros Gastos têm a seguinte desagregação:

Descrição	2023	2022
Impostos	4 553,00	591,17
Correções de exercícios anteriores *	2 959,32	3.177,22
Donativos	252,43	469,86
Quotizações	1 460,48	78,70
Outros gastos c/ utentes		12 259,06
Outros gastos e perdas	14 585,27	8 798,95
Total	23 810,50	25 374,96

* apresentado no ponto 4.

19.13 Resultados Financeiros

Nos períodos foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2023	2022
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	5 598,68	2 166,00
Outros gastos e perdas		
Total	5 598,68	2 166,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Outros Rendimentos similares	25,35	30,42
Total	25,35	30,42
Resultados Financeiros	-5 573,33	-2 135,58

19.14 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.